

Os discursos legitimatórios sobre a pobreza na Europa industrial

*Sonia Ranincheski**

MORELL, Antonio. **La legitimación social de la pobreza**. Espanha, 2002.

A existência de pobres tem inspirado bênçãos de cristãos, ilusões românticas, leis sociais, investigações estatísticas, rebeliões rurais ou urbanas e concepções socialistas e comunistas durante os dois últimos séculos. Percorrer a construção dessa diversidade de concepções sobre a pobreza, os mecanismos que foram engendrados para coibir a proliferação dos chamados pobres é a preocupação central do cientista social espanhol Antonio Morell em seu livro “La legitimación social de la pobreza”, publicado em Barcelona, Espanha, no ano de 2002, pela editora Anthropos.

O fenômeno da pobreza sublinharia, para Morell, a necessidade de repensar teoricamente a realidade social e, portanto, seria importante o estudo dos discursos produzidos nos diferentes países europeus, notadamente, na França, na Inglaterra e na Espanha, a partir do advento da modernidade.

Logo no início do seu livro, o autor defende que há um *continuum* no discurso sobre a pobreza que é necessário analisar para compreender a percepção social dominante na atualidade (MORELL, 2002, p. 2). Morell porém não se limita a arrolar as diferentes idéias, mas as problematiza, contextualiza e dá sentido a muitas das chamadas políticas públicas implementadas pelos países em que ele concentrou sua pesquisa. Tal como faz Gertrude Himmelfarb no livro “La idea de la pobreza” (HIMMELFARB, 1988, p. 17). Morell assume, que há uma história do pensamento em toda a história e que elas, história do pensamento e história das ações humanas, se entrelaçam e são interdependentes.

De todos os nove capítulos destacam-se três – capítulos três, quatro e cinco – como os mais importantes do livro: neles está o âmago da discussão teórica sobre o tema pobreza, além de explicitar a noção de *continuum* entre as idéias em diferentes períodos da história. O leitor facilmente percebe traços de continuidade na discussão do lugar do trabalho e sua ligação com a pobreza, e das diferentes funções dadas a essa categoria – trabalho – pelo pensamento liberal e ocidental.

No capítulo três, encontra-se essa discussão, que evolui para uma narrativa da produção das idéias liberais do século XIX, principalmente, aquelas construídas pelos teóricos liberais ingleses. As idéias de progresso da economia de Adam Smith, o utilitarismo de Mandeville e Bentham e o socialismo liberal de Stuart Mill, dentre outros, são exploradas na perspectiva de que nelas poderiam estar contidas as bases que legitimaram a nova sociedade inglesa e a legislação vitoriana para os pobres. Mas é no pensamento de Adam Smith e em suas idéias mais conhecidas (MORELL, 2002, p. 73), que Morell se atém mais.

As visões alternativas sobre o problema da pobreza, na França pós-revolucionária e na Espanha liberal, são problematizadas no capítulo quarto com base em três aspectos de vital importância para a formação das idéias liberais sobre a pobreza: o individualismo, o utilitarismo, e a fé no progresso (MORELL, 2002, p. 96). Se os ingleses e os franceses coincidiam, também, na visão que considerava o trabalho como o principal – senão o único – vínculo de integração social, eles divergiram em outros pontos. A idéia francesa da chamada questão social é examinada por Morell, comparativamente às idéias dos liberais ingleses que consideravam a pobreza nada mais do que o resultado de uma escolha individual. Na França, a questão social era entendida como um subproduto de causas sociais e, dessa perspectiva nasceu a idéia assistencialista do Estado.

No capítulo quinto, Morell aborda o pensamento e os conceitos forjados por Marx e Alex de Tocqueville, contrastando-os com outras visões, tais como as de Stuart Mill e Adam Smith. São ressaltados, na visão de Marx e Engels, os dois aspectos que ultimariam

toda uma corrente do pensamento ocidental: a categoria de trabalhador como “protagonista do destino da humanidade” e a explicação do empobrecimento dos trabalhadores com base em critérios distintos dos que estavam sendo usados pelos liberais. Morell se utiliza da noção de *continuum* e examina a obra marxista com base também em suas ligações com o hegelianismo. No entanto, ele não aprofunda a questão como faz Michel Löwy, por exemplo, no seu livro “La théorie de la révolution chez le jeune Marx”, cuja versão em português foi recentemente publicada. Morell entende Marx e Engels pela ótica do rompimento com o conceito tradicional de pobreza e a ascensão desses à categoria de trabalhadores (MORELL, 2002, p. 124).

A partir da metade do século XIX, escreve Morell, a pobreza será definida em termos de consumo; e uma definição baseada em semelhante critério deve, necessariamente, considerar a pobreza como fenômeno relativo, pois não existe nenhum elemento determinante que permita situar a uma pessoa na categoria de pobre, adverte o autor de “La legitimación social de la pobreza”. Entretanto, Morell não esclarece suficientemente quais seriam as implicações desse novo conceito de pobreza relativa no pensamento de Marx.

As exposições sobre Tocqueville estão centradas na sua obra mais importante, “A democracia na América”. A pobreza deveria ser medida em função do nível geral de riqueza da nação, equiparando desse modo o fenômeno da pobreza e o da distribuição de renda. Para Tocqueville, “l’egalité complète est une chimère” e que deriva das próprias capacidades pessoais. A desigualdade econômica é o resultado das capacidades desiguais que cada homem possui e, logicamente, de seu esforço pessoal e empenho em prosperar.

Morell critica a crença de Tocqueville na igualdade jurídica e não na sócio-econômica. Na perspectiva da pobreza relativa e medida em função do nível geral de riqueza do país, o fenômeno parece que não poderia ser eliminável: eliminar a pobreza implicaria tanto conseguir uma distribuição absolutamente igualitária da riqueza, algo inconcebível na sociedade democrática que Tocqueville

propunha. Uma sociedade baseada no princípio da “igualdade de oportunidades” explica sua desigualdade social não pela existência de privilégios, senão pelas distintas capacidades pessoais com que cada homem há sido dotado pelo Criador (MORELL, 2002, p. 130).

Em suma, num total de 265 páginas, o leitor tem uma visão do espectro teórico já construído sobre fenômeno da pobreza entremeada com discussões sobre políticas sociais implementadas entre os franceses e os espanhóis, em especial. Embora o livro se concentre nas fronteiras da Europa ocidental, no entanto, ele não perde sua importância para quem procura se aprofundar sobre o tema. A leitura requer apenas um cuidado em não buscar modelos e aplicá-los na realidade latino-americana, correndo o sério risco de cair na perspectiva das idéias fora de lugar.

Nota

* Doutorado em Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília - UNB.

Referências

HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza**: Inglaterra a principios de la era industrial. 3. ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1988.

LÖWY, Michel. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.